

## Caderno de Prova

Código do Eixo  
**105**

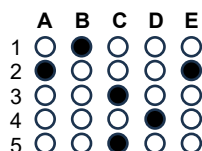
Gestão e Negócios  
**Economia**

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

## LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

### TEXTO 1

#### A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
  - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
  - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
  - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
  - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
  - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
  - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
  - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
  - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: [folha.uol.com.br](http://folha.uol.com.br). Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

**CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS**

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
  - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
  - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
  - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
  - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
  - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
  - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
  - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
  - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
  - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
  - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
  - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
  - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
  - B) Eixo tecnológico.
  - C) Área Tecnológica.
  - D) Qualificação Profissional.
  - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
  - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
  - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
  - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
  - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
  - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
  - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
  - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
  - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
  - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
  - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
  - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
  - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
  - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
  - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
  - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
  - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
  - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
  - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
  - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
  - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
  - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
  - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
  - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
  - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

## **INTEGRIDADE**

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
  - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
  - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
  - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
  - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
  - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
  - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
  - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
  - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
  - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
  - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
  - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
  - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
  - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
  - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
  - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
  - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Suponha que haja um aumento significativo na renda da população e que a carne bovina seja um bem normal. Nesse cenário, o equilíbrio de mercado da carne bovina deve mudar com

- A) aumento do preço e da quantidade.
- B) redução do preço e da quantidade.
- C) aumento do preço e redução da quantidade.
- D) redução do preço e manutenção da quantidade.
- E) manutenção do preço e redução da quantidade.

22. Monopólio é uma estrutura de mercado por meio da qual uma única empresa controla toda a oferta de um produto sem substitutos próximos. Nesse cenário, o lucro máximo da firma monopolista é alcançado quando ela produz a quantidade para a qual a receita marginal é igual ao

- A) preço de venda.
- B) custo marginal.
- C) custo variável.
- D) mark-up sobre o preço.
- E) custo médio.

23. Nas ciências econômicas, predomina o entendimento de que o comércio internacional gera ganhos de eficiência, estimula o progresso tecnológico e impulsiona o crescimento econômico. Por isso, governos, em geral, adotam políticas comerciais fundamentadas em acordos bilaterais e multilaterais, buscando ampliar a inserção de suas economias no mercado global. No entanto, alguns setores estratégicos podem ser protegidos em situações de conflitos ou crises internacionais.

Essa justificativa para restrições ao comércio internacional é conhecida como

- A) autossuficiência nacional.
- B) recurso nacional.
- C) ameaça internacional.
- D) perigo internacional.
- E) segurança nacional.

24. A política fiscal corresponde ao conjunto de medidas por meio das quais o governo arrecada receitas e executa despesas, desempenhando três funções principais: estabilizadora, distributiva e alocativa. Quando adota uma política fiscal expansionista, o governo busca estimular a demanda agregada, impulsionando a produção.

Considerando os efeitos imediatos e mais diretos dessa política, é correto afirmar que ela pode

- A) restringir a poupança privada e reduzir os juros de mercado.
- B) gerar pressões inflacionárias e aumentar a desigualdade de renda.
- C) restringir a poupança privada e aumentar a desigualdade de renda.
- D) gerar pressões inflacionárias e aumentar a dívida pública.
- E) reduzir os juros de mercado e aumentar a dívida pública.

25. Em períodos de recessão, a lentidão no ajuste de preços e salários (rigidez nominal) impede o restabelecimento rápido do equilíbrio econômico. Essa ideia, incorporada de maneira formalizada em modelos com expectativas racionais e rigidez nominal, fundamenta a defesa do uso de políticas fiscais e monetárias ativas pela teoria
- A) Novo-Clássica.
  - B) Novo-Keynesiana.
  - C) Monetarista.
  - D) Comportamental.
  - E) Novo Institucional.
26. A política cambial estabelece o conjunto de regras que define como a taxa de câmbio será gerenciada. A escolha do regime cambial influencia diretamente a condução e a eficácia de outras políticas macroeconômicas.
- Entre os diferentes regimes, aquele em que a política monetária perde, de forma mais acentuada, sua eficácia na estabilização da economia é o de
- A) câmbio flutuante.
  - B) bandas cambiais.
  - C) câmbio livre
  - D) hedge cambial.
  - E) câmbio fixo.
27. O Plano Real, implementado em 1994, foi bem-sucedido no controle da inflação e contribuiu para a estabilização da economia brasileira. Sua fase inicial envolveu um conjunto de medidas, entre as quais inseriu-se
- A) o esforço de ajuste fiscal.
  - B) o congelamento de preços.
  - C) a adoção de câmbio flexível.
  - D) a indexação da economia.
  - E) o protecionismo comercial.
28. As políticas públicas para o desenvolvimento econômico sustentável buscam conciliar crescimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social. Ações típicas dessas políticas são:
- A) subsídios a combustíveis fósseis e investimentos em educação.
  - B) tributação sobre recursos naturais e privatização de áreas de proteção ambiental.
  - C) incentivos a energias renováveis e privatização de áreas de proteção ambiental.
  - D) incentivos a energias renováveis e programas de eficiência energética.
  - E) tributação sobre recursos naturais e subsídios a combustíveis fósseis.
29. Um capital de R\$ 800,00 é aplicado a juros compostos à taxa de 25% ao ano. Após 2 anos, o montante será igual a
- A) R\$ 900,00.
  - B) R\$ 1.250,00.
  - C) R\$ 1.280,10.
  - D) R\$ 1.000,10.
  - E) R\$ 1.200,00.

30. Um título público promete pagar R\$ 6.000,00 daqui a 1 ano. Considerando uma taxa de juros compostos de 20% ao ano, o valor presente desse título é
- A) R\$ 4.500,00
  - B) R\$ 4.200,00
  - C) R\$ 5.000,00
  - D) R\$ 5.200,00
  - E) R\$ 4.000,00

31. A principal fonte de receita do Orçamento Público é a arrecadação tributária. Os tributos podem incidir sobre a renda, o patrimônio e o consumo. Os tributos sobre o consumo tendem a ser
- A) regressivos porque comprometem proporcionalmente mais a renda dos mais ricos.
  - B) progressivos porque comprometem proporcionalmente mais a renda dos investidores.
  - C) progressivos porque comprometem proporcionalmente mais a renda dos demandantes.
  - D) progressivos porque comprometem proporcionalmente mais a renda dos ofertantes.
  - E) regressivos porque comprometem proporcionalmente mais a renda dos mais pobres.

32. O desenvolvimento econômico de um país depende, em grande parte, da capacidade de gerar inovações que transformem a produção, criem mercados e estimulem o crescimento. O papel do empreendedor e da inovação como motores do desenvolvimento econômico foi destacado por

- A) Joseph Schumpeter.
- B) Robert Solow.
- C) Paul Samuelson.
- D) John Maynard Keynes.
- E) Friedrich Hayek.

33. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais e promover um crescimento econômico mais equilibrado no país. Entre os instrumentos utilizados pela PNDR, destacam-se os fundos constitucionais de financiamento.

No caso do Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) financia

- A) investimentos de longo prazo e aquisição de imóveis.
- B) pagamento de dívidas e aquisição de imóveis.
- C) pagamento de dívidas, capital de giro e custeio.
- D) bens de consumo e pagamentos de dívidas.
- E) investimentos de longo prazo, capital de giro e custeio.

34. A poluição resultante do processo produtivo de muitas empresas é um exemplo clássico de externalidade negativa, pois gera custos sociais superiores aos custos privados. Em razão dessa diferença, a poluição tende a ser produzida em excesso se não houver intervenção do governo.

Uma forma de corrigir esse desequilíbrio, fazendo com que as firmas internalizem, ao menos, parte dos custos sociais, é a adoção de um imposto de

- A) Clarke.
- B) Coase.
- C) Propriedade.
- D) Pareto.
- E) Pigou.

35. No comércio internacional, a especialização de um país depende de quais recursos produtivos (como capital e trabalho) ele possui em maior abundância. Assim, um país tende a exportar bens que usam intensamente seus fatores abundantes e importar bens que requerem fatores escassos.

Essa explicação sobre a especialização baseada na dotação relativa de fatores é oferecida pela teoria

- A) das Vantagens Absolutas.
  - B) de Hecksher-Ohlin.
  - C) das Vantagens Comparativas.
  - D) de Stolper-Samuelson.
  - E) das Vantagens Competitivas.
36. Na atualidade, os agentes econômicos têm, à sua disposição, plataformas digitais que reúnem vários vendedores e compradores em único local, funcionando como um "shopping center" virtual, que facilita as transações de compra e venda de uma variedade de produtos e serviços. As plataformas digitais descritas recebem o nome de
- A) Big Data.
  - B) Fintech.
  - C) Marketplace.
  - D) Streaming.
  - E) Startup.
37. No mundo globalizado, os blocos econômicos constituem uma estratégia fundamental para os países e visam aumentar as trocas comerciais, fortalecer as economias regionais e obter uma maior vantagem competitiva no cenário internacional. Diante disso, é correto afirmar que o Brasil, por exemplo, é membro pleno
- A) do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA).
  - B) do Mercado Comum do Sul (Mercosul).
  - C) da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).
  - D) do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA).
  - E) da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC).
38. No que se refere ao comportamento do consumidor e considerando a teoria microeconômica tradicional (Neoclássica), é correto afirmar:
- A) os fatores psicológicos tais como, motivação, percepção, aprendizagem, crenças e atitudes não influenciam as decisões dos consumidores.
  - B) os consumidores não agem de forma racional quando buscam maximizar sua satisfação, tendo em vista sua restrição orçamentária.
  - C) os consumidores são motivados pela maximização de suas satisfações, isto é, sentem-se satisfeitos quando suas necessidades e desejos são alcançados, considerando sua restrição orçamentária e os preços dos produtos e serviços.
  - D) as preferências dos consumidores são incompletas, tendo em vista que não é possível comparar e classificar determinadas cestas de produtos ou serviços.
  - E) a lei da demanda postula que existe uma relação direta entre os preços dos produtos ou serviços e a quantidade demandada, isto é, quando os preços aumentam, a quantidade demandada também vai aumentar, mantendo todas as demais variáveis constantes.

39. A economia criativa contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio da inovação e da cultura; gera empregos e renda; fortalece identidades locais; e impulsiona o crescimento do PIB. Nesse contexto, são princípios norteadores da economia criativa no Brasil:
- A) sustentabilidade, inovação, concentração social e uniformidade cultural.
  - B) tecnologia, concentração social, sustentabilidade e uniformidade cultural.
  - C) diversidade cultural, sustentabilidade, inovação e inclusão social.
  - D) concentração social, sustentabilidade, uniformidade cultural e popularização.
  - E) uniformidade cultural, modernização, concentração social e sustentabilidade.
40. De acordo com informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é correto afirmar que o setor
- A) terciário abrange os serviços e o comércio e, tanto em valor agregado quanto na geração de emprego, possui a menor participação na economia brasileira.
  - B) terciário é composto pela agricultura, pecuária, produção florestal e pesca.
  - C) primário engloba as atividades da construção civil e a produção de bens industriais.
  - D) secundário é caracterizado por atividades bastante heterogêneas, tais como comércio, transporte, armazenagem, serviços profissionais de saúde, educação e administrativos, entre outras.
  - E) primário engloba as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.
41. Economia é uma ciência social que estuda as escolhas que os agentes econômicos fazem ao se defrontarem com uma situação de escassez e com outras variáveis que influenciam suas decisões. Ao considerar os conceitos básicos de economia, é correto afirmar:
- A) o problema econômico denominado como produzir refere-se à decisão de quais bens ou serviços serão produzidos.
  - B) o fluxo circular de renda, em uma economia simplificada, é representado por dois fluxos distintos: o monetário, que representa a oferta e a demanda por bens e serviços; e o real, no qual ocorrem os pagamentos dos fatores de produção.
  - C) os fatores de produção básicos presentes em um processo de produção de bens ou serviços são a terra, o trabalho e o capital.
  - D) o problema econômico denominado o que produzir refere-se às técnicas que serão utilizadas e à proporção de cada fator de produção que será adotada na produção de cada bem ou serviço.
  - E) a Fronteira de Possibilidade de Produção (FPP) é uma representação gráfica que indica as combinações mínimas possíveis de produção de dois bens ou serviços que podem ser obtidos quando determinada economia utiliza todos os seus fatores de produção disponíveis.
42. Analise as afirmações seguintes, quanto às teorias econômicas clássicas, e assinale a opção correta.
- A) A teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por Adam Smith, propõe que um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem ou serviço, quando consegue produzi-lo com menor custo que seus concorrentes.
  - B) Thomas Robert Malthus afirma que a população cresce de forma aritmética, enquanto a produção de alimentos cresce de forma geométrica. Em decorrência disso, a produção de alimentos não seria suficiente para atender toda a demanda populacional, levando o planeta ao colapso.
  - C) A Lei de Say, princípio econômico desenvolvido por Jean-Baptiste Say, postula que a demanda cria sua própria oferta.
  - D) Adam Smith propôs ideias sobre divisão do trabalho, liberalismo econômico, trabalho e produção de bens e serviços como fonte de riqueza de um país.
  - E) David Ricardo apresentou a teoria das vantagens absolutas, para a qual o comércio entre os países é mais vantajoso quando cada país se especializa na produção do bem em que é mais eficiente.

43. Os indicadores econômicos são métricas que avaliam o desempenho econômico de um país em áreas como o crescimento, o emprego, a produção e os preços. Ao analisar um conjunto desses indicadores, é possível obter uma visão ampla do cenário nacional, possibilitando a tomada de decisões mais assertivas por parte de governos, empresas e indivíduos. Nesse contexto, é correto afirmar que o
- A) cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), pela ótica da despesa, é realizado através da soma do consumo das famílias, serviços adquiridos pelos governos federal, estadual e municipal, aquisição de bens de capital pelas empresas e exportações líquidas.
  - B) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) abrange, atualmente, famílias com rendimentos de 1 a 30 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de renda, residentes em áreas urbanas e rurais do Brasil.
  - C) desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar e que estão disponíveis, mas não estão procurando emprego.
  - D) Produto Interno Bruto (PIB), medido pela ótica da demanda agregada, não leva em consideração os investimentos em máquinas, equipamentos e construção de fábricas realizados pelas empresas.
  - E) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é o indicador oficialmente utilizado pelo governo federal para medir a inflação da economia brasileira.
44. A economia brasileira vem enfrentando uma série de desafios ao longo dos anos. A respeito do momento contemporâneo, é correto afirmar:
- A) o ciclo de baixa da taxa Selic, iniciado em setembro de 2024 pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB), tem controlado a inflação da economia brasileira.
  - B) a estabilidade política e a segurança jurídica, presentes na economia brasileira, contribuem para dificultar a atração de investidores.
  - C) as limitações na infraestrutura de transportes de mercadorias no Brasil, tendo em vista que o modal de transporte rodoviário tem maior participação no transporte de cargas do país, não contribuem para elevar os custos relacionados à produção e à segurança no transporte de mercadorias.
  - D) a FAO/ONU anunciou no dia 28/07/25 em Adis Abeba, Etiópia, que o Brasil ainda continua no Mapa da Fome e a insegurança alimentar não é mais um desafio a ser superado.
  - E) que o ano de 2023, de acordo com dados divulgados pelo IBGE em Dezembro de 2024, marcou uma queda significativa na quantidade de pessoas que vivem em situação de pobreza no Brasil.
45. Um dos desafios atuais dos países é conciliar desenvolvimento econômico e preservar o meio ambiente. Sobre essa temática, analise as afirmativas seguintes e marque a opção correta.
- A) O desenvolvimento sustentável refere-se a um modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades.
  - B) A inclusão produtiva limita-se ao desenvolvimento de competências técnicas que contribuem para que os indivíduos tenham condições de acessar o mundo do trabalho.
  - C) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são compostos por 15 objetivos globais e 149 metas, as quais foram estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e visam erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, garantir a paz e a prosperidade.
  - D) A Agenda 30, que exclui os ODS, é um plano global adotado pela ONU que orienta suas ações nas dimensões econômica, social e ambiental.
  - E) O desenvolvimento sustentável leva em consideração o equilíbrio de três pilares denominados de tripé da sustentabilidade, que são o econômico, humano e urbano.

46. Através da análise de investimento, é possível transformar dados financeiros em informações que auxiliam a tomada de decisões estratégicas das empresas. Nesse contexto,
- A) o payback simples é considerado o método mais adequado para verificar a viabilidade econômica financeira de um projeto de investimento, tendo em vista que considera o valor do dinheiro no tempo.
  - B) a Taxa Mínima de Atratividade (TMA) de um projeto ou investimento representa o tempo do capital investido.
  - C) o retorno de um investimento representa os custos do capital investido por um período superior a três anos.
  - D) o risco sistemático (ou de mercado) é um fator exógeno que afeta todo o sistema econômico, de forma conjunta e sem exceção, sem que seja possível eliminá-lo pela diversificação de ativos.
  - E) o método do payback descontado prescinde do valor do dinheiro no tempo, além disso, é indicado para auxiliar nas decisões de curto prazo.
47. Considerando a importância dos diferentes papéis do Estado na economia de um país, analise as afirmativas seguintes e marque a opção correta.
- A) A função estabilizadora refere-se à intervenção do Estado ao abranger atividades como fiscalização, poder de polícia e conciliação.
  - B) A função reguladora visa redistribuir os recursos na economia para melhor distribuição da renda da população.
  - C) O Estado manifesta-se como promotor do desenvolvimento econômico de um país, ao intervir na economia, implementando políticas públicas, regulamentos e apoio a setores estratégicos, para impulsionar o crescimento econômico, promover a equidade social e garantir a sustentabilidade ambiental.
  - D) O Estado, no desempenho de sua função alocativa, postula que é necessário intervir na economia para reduzir desigualdades de renda e riqueza, por meio de políticas fiscais, expansionista e contractionista, além de programas de transferências sociais, com a finalidade de promover uma sociedade mais equitativa e justa.
  - E) A função distributiva refere-se à intervenção do Estado na economia para ofertar bens e serviços públicos que o mercado não ofertaria, de forma eficiente, em decorrência das falhas de mercado.
48. Uma firma tomadora de preços tem uma estrutura de custos representada pela equação  $Cq = 1/3q^3 - 2,5q^2 + 20q + 30$ . Seu produto final é vendido ao preço de mercado de R\$ 16,00, a unidade.
- Supondo que a firma escolha produzir uma quantidade que maximize seus lucros, é correto afirmar:
- A) a firma obterá um prejuízo de R\$ 27,33.
  - B) a firma produzirá 6 (seis) unidades do produto.
  - C) a receita total (RT) da firma será de R\$ 84,00.
  - D) o Custo total (CT) da firma será de R\$ 61,25.
  - E) o Custo Marginal (CMg) da firma será representado pela equação  $CMg = q^2 - 3q + 10$ .

49. Entendendo que o desenvolvimento econômico refere-se às melhorias qualitativas na qualidade de vida e bem-estar da população de um determinado país, é correto afirmar:
- A) a teoria do desenvolvimento endógeno afirma que o desenvolvimento é impulsionado por forças e processos gerados externamente ao sistema econômico, como a inovação e o capital humano.
  - B) a abordagem neoclássica destaca que o desenvolvimento econômico surge da alocação eficiente dos fatores de produção e da intervenção estatal.
  - C) Segundo Joseph Schumpeter, o desenvolvimento econômico ocorre ao longo de um processo que contempla as seguintes etapas: sociedade tradicional, arranco, maturidade e consumo em massa.
  - D) o monetarismo enfatiza que um controle rigoroso da oferta monetária, a estabilidade dos preços e a manutenção da inflação baixa são consideradas condições necessárias para gerar crescimento econômico e, por consequência, promover desenvolvimento econômico.
  - E) Raúl Prebisch apresentou o modelo centro-periferia e explicou que a desigualdade entre países industrializados (centro) e não industrializados (periferia) ocorre devido às inovações tecnológicas.
50. Quanto aos fundamentos da economia ambiental, é correto afirmar:
- A) atribui valor econômico aos recursos naturais, integrando a dimensão ambiental à análise econômica, visando ao equilíbrio entre desenvolvimento econômico, bem-estar social e conservação dos recursos naturais.
  - B) defende que a intervenção governamental é desnecessária, considerando suficiente a autorregulação do mercado e a responsabilidade espontânea dos agentes econômicos.
  - C) baseia-se exclusivamente no livre mercado, tratando os recursos naturais como bens econômicos, buscando eficiência sem recorrer a instrumentos de análise econômica e sem questionar o crescimento econômico contínuo.
  - D) adota o princípio do poluidor-pagador, prevendo o pagamento por serviços ambientais e a estimativa do valor monetário dos recursos, mas desconsidera a inclusão do valor de uso e do valor de opção nos cálculos.
  - E) reduz a análise ambiental apenas a custos imediatos de exploração, sem reconhecer a importância dos benefícios sociais e ecológicos de longo prazo.